

O TRABALHO EDUCATIVO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) COM CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Resultado de investigación finalizada.

GT 08: Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social.

Vandilma Aparecida Silva – UFPE/CAA
Pedro Brandão da Costa Neto UFPE/CAA
Lucy Ramos da Silva UFPE/CAA

RESUMO

O presente artigo, aborda uma discussão referente ao processamento do trabalho da Educação Popular das ONGs (Organizações Não Governamentais) que atendem à crianças e jovens em situação de exclusão e vulnerabilidade social, e busca apontar as principais discussões relacionadas a condição desses indivíduos na sociedade e a importância das atividades com cunho educativo desenvolvidas nessas organizações para a construção de suas identidades. Para tanto, nos elucidamos a partir das apreciações teóricas de Brandão (1984) e Freire (2007) que situam as discussões sobre Educação Popular, e de Graciani (2005), Soares (2004), Frigotto (2004) e Dubar (2005), que teorizam sobre a condição da juventude na atualidade, no contexto da criminalidade e da desigualdade.

Palavras chave: Educação Popular, Exclusão Social, Socialização.

INTRODUÇÃO

No âmbito de estrondosas desigualdades sociais existentes no Brasil, vemos o quanto é degradativa a condição de tantas e tantas crianças e jovens, principalmente das periferias das grandes cidades do Brasil, que vivem, em decorrência dessas disparidades, em uma situação de vida submana, sem perspectiva alguma de emancipação social e sofrendo amargamente com as enfermidades de uma sociedade que poda, todos os dias, seus sonhos e suas expectativas, negando-os o direito a dignidade.

Nessa condição, muitos indivíduos dessa camada da população, por falta de oportunidades, de uma formação educativa de qualidade, de um aparato familiar sólido e de políticas públicas eficientes que considerem suas necessidades, encontram na criminalidade (roubos, tráfico, drogas, etc.), uma alternativa para se sobressaírem das graves dificuldades as quais estão expostos. Assim sendo, torna-se urgente a discussão sobre as medidas a serem aplicadas no desígnio de evitar-se que essa população juvenil excluída continue abarcada em uma conjuntura social que se coloca com essas relutâncias.

Nesse contexto, torna-se importantíssimo o trabalho das ONGs que desenvolvem práticas educativas populares na perspectiva da socialização dessas crianças e desses jovens, vulneráveis à criminalidade, que necessitam de uma orientação e de uma formação diferenciada, para que possam desenvolver um conjunto de valores e princípios identitários que se definam no coletivo, para que cheguem à vida adulta com maior maestria, na culminância de um melhor funcionamento da sociedade.

Assim, para que pudéssemos discutir essas questões fizemos um estudo de campo baseado nas coordenadas da pesquisa qualitativa, que “responde a questões muito particulares, se ocupando nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado” (Minayo 2008, p.21). Deste modo, nosso estudo foi desenvolvido no Centro de Educação Popular Comunidade Viva – COMVIVA – ONG fundada no ano de 1989 e situada na cidade de Caruaru, Nordeste

brasileiro, que tem como missão atender a crianças e jovens em situação de risco e de vulnerabilidade social, marginalizadas e empobrecidas, da cidade, tentando buscar a garantia da efetivação de seus direitos como cidadãos.

Objetivamos, com o estudo, compreender como se processa a educação popular e profissional das ONGs que atendem crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. Assim, analisamos as práticas educativas desenvolvidas na perspectiva da educação popular, nas ONGs que lidam com crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social e apontamos as principais discussões relacionadas às crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social

1. EDUCAÇÃO POPULAR

A educação sempre foi planejada e organizada para atender a cultura hegemônica de uma elite, sendo esta, fonte de manipulação das classes inferiores. Tal forma de educação apostava numa tentativa de homogeneização do saber, que acabava por subalternizar o conhecimento das classes populares da sociedade. Sobre essa questão entende-se que:

[...] tornar igual é o mesmo que borrar a identidade, apagar as marcas das culturas ditas inferiores das raças, etnias, gêneros, linguagem, religiosos, grupos, que segundo a lógica das narrativas hegemônicas foram identificadas como “outros” portadores de vários “déficits”. (Costa *apud* Oliveira, 1998, p.9).

Acreditamos que, assim, de acordo com a visão do Costa, essa igualdade perpassa uma visão de superioridade em relação à cultura escolhida e inferioridade para aquelas que foram excluídas. Ainda nessa perspectiva Gadotii afirma que:

A violação dos direitos é também resultado de um processo distorcido de “educação” daquelas mesmas pessoas que deveriam resguardar esses direitos. Essa é a educação dominante, sustentada na *cultura da indiferença*, herança de uma civilização que nasceu com a marca da violência e do descompromisso com a sorte das maiorias. (2005, p. 13.)

Aos poucos, as classes excluídas vão fazendo surgir uma educação que valorize as diferenças, que trabalhe com os sujeitos a partir do contexto social em que este se insere. Rompe com o pensamento de superioridade de determinada cultura e consolida o caráter heterogêneo das culturas existentes, sendo esta educação dita como popular. Tal educação é realizada com e para o povo, onde estes constroem seu próprio conhecimento, fazendo ligações com experiências já vivenciadas, facilitando ainda mais a apreensão do mesmo, desenvolvendo nestes um pensamento de superação das contradições e um pleno exercício pedagógico crítico. Ainda nessa linha de pensamento Brandão (1984) afirma que:

A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhada cria a experiência do poder compartilhado... Uma prática de pensar a prática e é uma das situações variadamente estruturada de produção de um conhecimento coletivo popular, mesmo que ninguém saia alfabetizado dela (p.72-73).

Desse modo, a Educação Popular se configura como uma educação que propõe a conscientização dos sujeitos, visto que, a partir de um olhar crítico, estes conseguem transformar um determinado espaço, a partir da luta por seus direitos. A partir do que Paulo Freire (2007) nomeia de

transitividade da consciência, que é a passagem do ser ingênuo para o crítico, entende-se que esta transitividade da consciência permeabiliza o homem, levando-o a vencer o seu compromisso com a existência, alegórico da consciência intransitiva e o artefato quase totalmente (Freire, 2007).

Através da educação podem-se esclarecer questões políticas essenciais a luta por uma vida mais igualitária e de direitos. Seguindo essa linha de raciocínio, Brandão (2006) acrescenta que “por isso algum tempo houve o esforço para associar a educação popular a um modo alternativo de trabalhar com o povo através da educação (p.53).

A escola é considerada um aparelho reprodutor da cultura legitimada pelas classes de poder, deixando de lado a cultura daqueles, que muitas vezes, são a maioria, mas que por serem de classes desprivilegiadas economicamente, tornam-se “invisíveis”. Embasada nessa concepção e adversa a ela, a educação nos movimentos sociais surge como forma de valorização das culturas marginalizadas, e busca trabalhar com os sujeitos a partir do contexto social em que estes se inserem. A respeito disso Freire (1999) afirma que:

A educação é um instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva a sujeitos e grupos populares de um “saber dominante” de efeito “ajustador” à ordem vigente - este é o sentido em que ela se propõe como uma ampla ação cultural para a liberdade a partir de sua prática pedagógica (Freire, 1999, apud Brandão, 1984, P. 67).

Concordamos com Freire, uma vez que acreditamos no poder que a educação exerce sobre os atores sociais, e conseqüentemente, sobre a conscientização e a politização, e que não existem conhecimentos superiores a outros que podem ser transferidos para as classes populares. Todavia, sabemos que é essa cultura que, ainda, é reproduzida em muitas escolas do Brasil, que concebem o professor como o sujeito que detém o saber que está incumbido de transferi-lo para o aluno que não o detém. Nessa perspectiva Freire (1996) advoga que:

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos-conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao for-mar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado (p. 23,24).

De fato, embasando-se em uma concepção epistemológica centrada na educação popular, podemos entender que a educação das classes populares deve ser processada de modo que venha a levar em consideração os saberes de suas vivências cotidianas, para que assim se dê a verdadeira construção do conhecimento.

2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Sabendo-se das desigualdades sociais trazidas pelo capitalismo, podemos entender que jovens vindos de classes menos favorecidas não têm a mesma condição econômica e social de indivíduos advindos de classes distintas, e destarte, tendem a buscar uma melhoria para sua qualidade de vida,

fazendo isto por meio de modificação de sua realidade, que, por muitas vezes, se dá através de da criminalidade, já que seus direitos não estão sendo garantidos, e não estão condizendo, exatamente, com que está posto no Estatuto da Criança e do Adolescente Art. 53/ nos parágrafos I, II e V, os quais afirmam:

A criança e o adolescente têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II-Direitos de ser respeitado por seus educadores; V- Acesso a escola pública e gratuita próxima a sua residência. (Art. 53/ parágrafos I II e V. p. 38).

Assim, percebe-se que são muitas as crianças e os adolescentes que não estão tendo acesso a essa educação, verdadeiramente de qualidade, e pelo contexto de violência em que estão inseridos, tentam se sobressair da condição de submissão e de subordinação que lhes foi imposta, pelos que detém o capital, e conseqüentemente o poder, ambos adquiridos através das artimanhas do sistema econômico que vigora em nosso país e no mundo. De fato, esta colocação é bastante evidenciada, visto que, a realidade vivida por essa categoria desprestigiada e desfavorecida, é embrenhada com violência, com desestruturação familiar, preconceito étnico, racial e com a invisibilidade social. Luiz Eduardo Soares, em seu texto “Juventude e violência no Brasil contemporâneo” advoga que estas crianças e estes adolescentes, sem subsídio estrutural, social e cultural têm mais probabilidades de experimentação à degradação da autoestima, se tornando uma das principais artimanhas da invisibilidade. De acordo com ele “A invisibilidade é uma carreira que começa cedo, em casa, pela experiência da rejeição, e se adensa, aos poucos, sob o acúmulo de manifestações sucessivas de abandono, desprezo culminando na estigmatização (p. 138).

Concordamos com Soares, pois, sabemos que os desprovidos socialmente têm menos oportunidades de organizarem e definirem bem suas vidas, tanto no lado afetivo quanto no lado social e profissional, e estão mais expostos a angústia e a insegurança do desemprego, culminando, assim, com mais constância as tensões que desestabilizam emoções e corroem a auto-estima. Para superar essa realidade muitos buscam encontrar meios de ajudar suas famílias, morando ou não em suas devidas casas, ou até mesmo na rua procurando uma fonte de renda maior, na busca de pequenos trabalhos ou então de esmolas. De acordo com Graciani (2005), quando fala sobre a condição dos jovens que vivem em situação de rua:

Esses jovens de ou na rua não tiveram adolescência como outros privilegiados da sociedade. Vivem num processo de “adulterização precoce”, obrigados a serem arrimo da família e/ou complementadores da renda familiar, sofrendo num processo de mortificação interna, com danos indelévels para sua personalidade e identidade (p.126).

Graciani (2005) defende, ainda, que o menino ou menina de e na rua não é fruto, porém, e vítima da marginalidade, sendo este produto da sociedade. A autora diz que os direitos destes, mesmo garantidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente não têm conotado em uma efetivação real. Para que seja possível o afastamento destes jovens dessa categoria, é necessário que se estabeleçam políticas públicas que garantam essas perpendicularidades. Nessa perspectiva, Frigotto (2004) sublinha que:

O desafio mais complexo e, ao mesmo tempo, urgente é a definição de políticas públicas que garantam direito digno de vida a um contingente de jovens, especialmente das periferias das grandes cidades, empurrados para a mendicância, a prostituição, as atividades do tráfico e outras tantas atividades criminosas. (...) O pior tipo de política, neste particular, é reduzir tal

problema a uma questão policial ou ao confinamento em instituições do tipo FEBEM. (Frigotto, 2004, p.201).

Concordamos com Frigotto, e acreditamos as crianças e os jovens que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, devido a suas desvantajosas condições, vivem, permanentemente, expostos à atribulações violentas, e são marginalizados, não tendo oportunidades que lhes possibilite trilhar um caminho apartado da criminalidade. Assim sendo, torna-se urgente a discussão sobre as medidas a serem aplicadas no desígnio de evitar-se que esses menores perpetuem, no decorrer de suas trajetórias de vida, abarcados em uma conjuntura social que se coloca com essas relutâncias.

Para que seja possível a modificação desses fatos em meio à sociedade é necessário que nós, enquanto cidadãos, tenhamos integral conscientização sobre a posição de ambivalência de cada um, para que saibamos lidar com essas questões, e não tratarmos os menores marginalizados como vândalos e vagabundos, já que como fora evidenciado, essa condição não foi opção e sim, imposição. Imposição de uma sociedade esmagadora, que, enquanto privilegia alguns poucos, impossibilita a emancipação desses menores desprestigiados.

3. CAMINHOS DO ESTUDO

Para construção do estudo, contamos com o aparato teórico de Gil (2008), que sublinha que o objetivo primordial da pesquisa é desvendar respostas para problemas a partir do emprego de procedimentos com cunhos científicos. Para que pudéssemos chegar até os nossos objetivos, fizemos uso da dos parâmetros da pesquisa do tipo qualitativa que “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objeto e a subjetividade do sujeito” (Chizzotti, 2006, p. 42). Nessa mesma perspectiva, encontram-se as concepções de Minayo, que advoga a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares.

No parâmetro da pesquisa qualitativa, nosso exercício segue as coordenadas da pesquisa exploratória e explicativa, uma vez que se objetiva a conhecer o desenvolvimento de práticas educativas em uma determinada instituição e de identificar fatores constitutivos desta, na tentativa de coligar as práticas que nela são desenvolvidas. De acordo com Gil (2008), são abarcadas nesse grupo as pesquisas que objetivam levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma determinada população e pretendem apresentar as características de determinado fenômeno.

4. DELIMITAÇÃO E LOCAL DO ESTUDO

Nosso estudo foi desenvolvido em uma das sedes (localizada no bairro do Cedro) do Centro de Educação Popular Comunidade Viva (COMVIVA), Uma organização não governamental (ONG) fundada no ano de 1989 e disposta em quatro “casas” na cidade de Caruaru, Nordeste brasileiro. O centro, no geral, atende a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social; e jovens em comprimento de medida judicial e liberdade assistida. As atividades desenvolvidas na sede em que desenvolvemos a exercício da pesquisa são de cunho educativo, focado na educação popular, fundamentada em Paula Freira, e na iniciação profissional, que abarca o curso de panificação, informática, comunicação e percussão, esse último com cunho mais artístico. O COMVIVA tem como missão atender a crianças em situação de risco (rua) e de vulnerabilidade social, marginalizadas e empobrecidas, da cidade de caruaru, tentando buscar a garantia da efetivação de seus direitos como cidadãos.

5. FONTES DE INFORMAÇÃO

O desenvolvimento do presente estudo se deu em um percurso de 90 horas de visitas participativas na ONG, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011. Através de conversas com a maioria das crianças e dos adolescentes atendidos na instituição, bem como, com os educadores, obtemos as informações para o desenvolvimento do estudo.

Para o desenvolvimento do estudo utilizamos a observação participante, que possibilitou que pudéssemos conhecer a realidade do campo e dos indivíduos investigados, entendendo as relações destes com contexto em que se inserem e as práticas pedagógicas a que se submetem. Sobre esse tipo de observação, tomamos como referencia a perspectiva defendida por Gil (2008) que sublinha que a observação participante possibilita ao investigador vivenciar as atividades como pertencente e membro daquele grupo, participando, realmente, das situações e melhor se socializando com o grupo.

Isto coloca-se como algo bastante interessante, uma vez que pudemos dentro da observação participante, utilizarmos os recursos das conversas informais, que nos renderam um grande número de dados, e o uso da entrevista que realizamos com a coordenadora da casa no intuito de obtermos respostas referentes a instituição e a sua proposta pedagógica.

6. O CONVIVA E A EDUCAÇÃO POPULAR

Ao analisarmos o caso do COMVIVA percebemos que o trabalho desenvolvido por esta ONG se coloca de maneira bastante diferenciada dos centros educativos regulares (as escolas) estando inserido nos moldes da Educação Popular, na qual o conhecimento é circular, passado tanto do educador para o educando, quanto do educando para o educador, desenvolvendo-se um senso, muito interessante, de coletividade, no qual os indivíduos tem possibilidades de contribuir no desenvolvimento das atividades coletivas.

Observa-se que esse aspecto da Educação Popular se coloca de maneira positiva, se levarmos em consideração a opinião de uma criança de 7 anos, que relatou que gostava mais do COMVIVA do que da escola, já que segundo ele: “O professores são mais legais e a gente pode brincar quase toda hora. Tem muito espaço. Na escola a gente tem que ficar dento (sic) da sala. É chato.” (Diário de Campo – Vandilma Aparecida – 02/12/11). O ambiente do centro é bastante familiar, bem diferente do ambiente das escolas, e as atividades são, realmente, desenvolvidas em conjunto, sem falar no espaço físico que é bastante arejado e agradável.

Com relação à tomada de decisões na ONG, a Coordenadora relatou que no início do ano, existe uma reunião com todos os fazem parte da sede, para que se estabeleça um contrato pedagógico, no qual todos podem contribuir com suas idéias. Ela afirmou que são estabelecidas regras de convivência que todos devem cumprir, com pena a serem cobrados pelos outros para efetivação do contrato. Esse tipo de cobrança pôde ser visto quando uma criança proferiu um palavrão e a outra fez uma reclamação, pedindo que ele não fizesse aquilo de novo pelo fato de terem visitas. Durante a entrevista, a coordenadora fala bastante sobre essas questões, proferindo que:

Um fator de grande dificuldade na escola é que ela tenta trabalhar com o grupo, julgando esse como um todo. Aqui do COMVIVA buscamos trabalhar com as peculiaridades de cada um. Começamos a tratar o plano de atendimento de cada um, trabalhamos também com o atendimento psicológico que é um fator que ajuda bastante. Trabalhamos a família, pois temos que trabalhar a base. Trazemos a realidade familiar para dentro de cá (sic). A família relata os problemas que ela passa. Cada um vai somar com os questionamentos de seu dia a dia. Hoje temos o relato de educandos de ouvem nossos educadores e modificam sua realidade. Os meninos têm total liberdade de apontar nossos erros, nossas dificuldades. O aluno não vai se

calar, ele participa ativamente dos projetos, do dia a dia, participa da elaboração do convívio do projeto, dizendo os direitos dentro da casa. Eles colocam os deveres que tem que cumprirem e as principais medidas são elaboradas por eles. (Diário de Campo – Pedro Brandão – 05/12/11).

Deste modo, compreende-se que as práticas desenvolvidas no convívio levam em consideração todo o contexto dos indivíduos atendidos, existindo um acompanhamento da situação familiar de cada um e existindo também um acompanhamento psicológico, que objetiva-se provavelmente, a atenuar os conflitos enfrentados pelos menores. São consideradas, ainda, as opiniões dos alunos, que, assim, podem se sentir parte da instituição e portanto conviver mais amigavelmente com os outros sujeitos que com eles convivem na instituição, e podendo desenvolver um pensamento mais crítico sobre as práticas sociais. Deste modo, compreende-se que as práticas educativas do COMVIVA, desenvolvem-se em uma perspectiva que valoriza os indivíduos em seus contextos sociais, levando as concepções deles em consideração.

7. O COMVIVA E A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL

A partir de nossas observações no campo de pesquisa, percebemos o quanto a trajetória de vida das crianças e dos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social é conturbada. Grande parte deles tem contato com drogas ilícitas e vivem em situações delicadas com a família. Tal informação foi-nos logo constatada quando, uma criança, ao ser questionada sobre o uso dessas substâncias, relatou que usa maconha e cheira cola, expondo que usa pelo fato dela lhe proporcionar prazer e que pretende deixar de usar.

Percebemos que a maioria destes, passa a se utilizarem desses alucinógenos pelo fato de terem uma vida conturbada em casa e viverem em um contexto de violência. De acordo com Soares, as crianças e os adolescentes, sem subsídio estrutural, social e cultural têm mais probabilidades de experimentação à degradação da autoestima, se tornando uma das principais artimanhas da invisibilidade. De acordo com ele “A invisibilidade é uma carreira que começa cedo, em casa, pela experiência da rejeição, e se adensa, aos poucos, sob o acúmulo de manifestações sucessivas de abandono, desprezo culminando na estigmatização” (p. 138). Nessa perspectiva, compreende-se que o não acesso desses menores a uma vida digna e a uma família bem estruturada é que resulta no adentrar deles no mundo da criminalidade. Nessa perspectiva, o CONVIVA desenvolve um trabalho de prevenção, para que essas crianças em situação de risco não passem a cometer ilicitudes mais graves que os levem definitivamente para a criminalidade, ficando mais difícil para elas se sobressaírem dessa situação.

Destarte, entende-se que torna-se urgente a discussão sobre as medidas a serem aplicadas no desígnio de evitar-se que esses menores perpetuem, no decorrer de suas trajetórias de vida, abarcados em uma situação social que se coloca com essas aversões. Para que seja possível a modificação desses artifícios em meio à sociedade é necessário que nós cidadãos, tenhamos conscientização sobre a posição de ambivalência de cada um, para que saibamos lidar com essas questões, e não tratarmos os menores marginalizados como vândalos e vagabundos, já que como fora evidenciado, essa condição não foi opção e sim, imposição. Imposição de uma sociedade esmagadora, que, enquanto privilegia alguns poucos, impossibilita a emancipação desses menores desprestigiados. De acordo Graciani (2005) ainda, que o menino ou menina de e na rua não é fruto, porém, e vítima da marginalidade, sendo este produto da sociedade. A autora diz que os direitos destes, mesmo garantidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente não têm conotado em uma efetivação real.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão preliminar de nosso realizado na instituição COMVIVA – que desenvolve práticas educativas voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social que compõem a classe marginalizada e empobrecida da cidade de Caruaru, na busca da garantia de seus direitos – Retomamos a nossa questão: Como se processa o trabalho da educação popular e profissional nas ONGs que atendem a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social?

Dispomos-nos a responder tal questão através dos objetivos que traçamos, e em consonância com a visão de autores que pudessem subsidiar e fundamentar nosso estudo, realçando algumas considerações que avaliamos como pertinentes.

Compreendemos que a Educação Popular surge como instrumento de valorização das culturas subalternas, valorizando a diversidade de saberes e os utilizando como peças-chaves para o aprendizado dos sujeitos. Dessa forma, a proposta de educação das ONGs, entravadas nessa perspectiva de educação objetiva-se a transformar a vida de crianças e jovens de classe baixa, apresentando a socialização e a profissionalização como meios de inserção e pertencimento destes em uma sociedade que os trata de forma excludente. A ação das ONGs desse tipo, nessa perspectiva, vem resgatar esses sujeitos dando a eles oportunidade e atenção, e tentam evitar que eles ingressem no mundo da criminalidade.

Portanto, acreditamos, que o trabalho pedagógico realizados nas ONGs que trabalham com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social possibilitam aos indivíduos condições de socialização através educação popular, deixando-os conscientes de sua condição e tornando-os transformadores da realidade em que se encontram inseridos. Assim, a partir do estudo compreendemos que a Educação Popular, disposta nas propostas pedagógicas das ONGs com esse cunho, surge como instrumento de valorização das culturas subalternas valorizando a diversidade de saberes e os utilizando como peças-chaves para o aprendizado dos sujeitos, apresentando a socialização como elemento importante para que consigam se emancipar socialmente e como meio de inserção e pertencimento destes dentro de seus contextos, atenuando assim os problemas desses indivíduos com a criminalidade e oferecendo-os condições para que tenham uma vida mais digna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brandão, C. R. (2006). O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente/ Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: CEDCA-PE Governo do Estado de Pernambuco- Recife- PE.
- Chizzotti, A. (2005) Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8ª ed. São Paulo: Cortez.
- Dubar, C. (2005). A socialização: construção das identidades sociais e profissionais; São Paulo: Martins Fontes.
- Franco, M. L. P.B. (2008) Análise de Conteúdo. 3ª ed. Brasília: Liber livro editora.
- Freire, P. (2007). Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 30ª Edição.
- Graciani, M. S. S. (2005) Pedagogia Social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo. 5 ed. Cortez : Instituto Paulo Freire.
- Gil, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo:
- Lage, A. L. (2005) Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: Um estudo comparado entre as experiências do movimento dos Sem Terra/ Brasil e da Associação In Loco/ Portugal. Volume I – Dissertação de Doutorado. Coimbra: Universidade Federal de Coimbra. Faculdade de Economia.

Minayo, M. C. S (2008) DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Novaes, R. et al. (Org.) Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação, 2004. Atlas, 6ª edição, 2008.

Oliveira, V. L. B. (2008) Educação Popular e suas perspectivas. IN: Oliveira, Verônica de L. B. de & LINS, Lucicléia Teixeira (org). Educação Popular e Movimentos Sociais: Aspectos Multidimensionais na Construção do Saber. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB.